

Porque somos contra o retorno às atividades presenciais e ao ensino remoto na UFPA¹

1. Introdução

No Brasil a contaminação pelo coronavírus se espalhou rapidamente a partir de março de 2020, sem uma infraestrutura de saúde robusta que a detivesse, em razão de baixo investimento em saúde pública e sucateamento do Sistema Único de Saúde – SUS. No plano sanitário e da saúde pública as ações do governo federal foram na contramão do que orientava a Organização Mundial da Saúde - OMS. O presidente Bolsonaro criticava “a proibição de transporte, o fechamento de comércio e o confinamento em massa” demonstrando que salvar vidas não era sua preocupação; desqualificava a COVID-19 referindo-se a ela como “gripezinha, “resfriadinho” e estimulava a população a ser logo infectada, seguindo Donald Trump, e a estratégia do governo do Reino Unido,² conhecida por “imunidade de grupo” ou “efeito rebanho” em que se deixa propagar a infecção para gerenciá-la e tornar a população imune.

No plano econômico, o governo Bolsonaro demorou a criar um Auxílio Emergencial para os mais vulneráveis e as medidas adotadas visavam proteger empresários e banqueiros, enquanto se ampliava o número de mortes no país. Insensível ao aumento de óbitos, em 28 de abril de 2020, quando o Brasil chegara a 5.017 mortos, superando a China, respondeu a uma jornalista que lhe perguntava sobre as mortes: “E daí? lamento, quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagres”³, o que gerou uma imediata reação dos movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos, intelectuais, partidos políticos, dentre outros/as que se contrapuseram com Notas de Repúdio.

No campo educacional, medidas foram encaminhadas às Instituições Federais de Ensino - IFES. Dentre elas, a Instrução Normativa 21/ 2020, que Altera a IN nº 19, de 12 de março de 2020. Oriunda do Ministério da Economia, essa IN nº 21 institui o trabalho remoto como uma das estratégias para manter o funcionamento das IFES e induz a um maior controle interno.

Como desdobramento da IN 21, o Reitor da UFPA publicou a Portaria Nº 1.206, em 08 de abril de 2020, sendo divulgada, apenas, na segunda semana de maio, propondo como regra “trabalho remoto” ou “teletrabalho” aos servidores técnico-administrativos e professores com retroatividade a 19 de março de 2020, quando as atividades presenciais haviam sido suspensas, oficialmente, na instituição. Professores e servidores tiveram que elaborar Planos Individuais de Trabalho Remoto – (Teletrabalho-COVID-19) e também Relatórios mensais das atividades realizadas, retroativos a 19 de março de 2020. É importante registrar que tivera início o trabalho remoto, sem que todos/as entendessem o porquê de fazê-lo, embora as aulas presenciais continuassem suspensas. A Portaria 1.206/UFPA recebeu críticas da comunidade universitária pela ausência do debate necessário à implementação da política, que também não fora legitimada pelos Colegiados Superiores.

1 - Participaram da elaboração do texto a Comissão aprovada na Assembleia da ADUFPA formada pelo(a)s seguintes docentes: Luciene Medeiros, Vera Jacob, Benedito Ferreira, Ivan Neves e Paulo Lucas da Silva.

2 - Destaque-se que com o aumento da curva de contaminação e com o primeiro ministro, Boris Johnson de 56 anos, infectado, o Reino Unido abandonou essa estratégia e implementou um protocolo rigoroso para enfrentar o coronavírus em que, infelizmente, não foi seguido pelo Brasil.

3 - Disponível em www.g1.globo.com/noticias. Acesso em 02 de julho de 2020.

Na esteira de sofrimentos e incertezas, a conjuntura econômica e social, sob a pandemia, se agravou. O Brasil com mais de 210 milhões de habitantes (IBGE, 2019)⁴, vive sua mais grave crise econômica com uma previsão de crescimento negativo do PIB (-9,1%) para este ano; 12,9% é a taxa de brasileiros/as que perderam seus empregos. De março a maio foram 368 mil que ficaram desempregados, o que tende a se expandir, pois as micro, pequenas e médias empresas estão fechando sem políticas de financiamento público que as ajude a se manter vivas, e o número de endividados já ultrapassa a casa de um milhão, confirmando a crise estrutural do capitalismo acrescida da crise sanitária, com maior sofrimento para as classes trabalhadoras dos países periféricos.

Na última semana de julho, o Brasil superou 85 mil mortes, com média de 1.065 mortes por dia e mais de 2 milhões de infectados. O Pará, nessa última semana se situava entre os 12 estados em estabilidade o que não significa que a pandemia estivesse sob controle, contando, adicionalmente, com 2.472 infectados pelo sarampo. No final de semana de 24 a 26/07, o Pará foi notícia nacional com aglomerações nas praias e balneários, sem se obedecerem as medidas de proteção, em face da flexibilização adotada pelos governos estadual e municipal, levantando a preocupação com o aumento da curva de contaminação na primeira quinzena de agosto.

Nas IFES há resistências ao retorno às atividades presenciais e ao ensino remoto, em meio a pressões oficiais, externas e internas, que nos exigem um aprofundamento das reflexões sobre as condições objetivas sob as quais ocorreria esse retorno.

Vislumbra-se a metamorfose do trabalho docente nas IFES e um novo vocabulário passou a ser utilizado com frequência: cultura digital, plataformas on-line, home office, trabalho remoto, teletrabalho, lives, webnários, dentre outros, que ao fim e ao cabo, provocam alterações nas modalidades de trabalho, intensificam e sobrecarregam os trabalhadores e trabalhadoras, levando-os/as à exaustão física e emocional.

Para monitorar a pandemia e pensar estratégias para um possível retorno, a Universidade Federal do Pará criou um Grupo de Trabalho do qual, por solicitação à reitoria, a ADUFPA e SINDTIFES fazem parte e que segundo o reitor em exercício⁵, trabalharia por todo o mês de julho, envolvendo os 12 campi que se situam em municípios⁶ com frágeis estruturas sanitárias para atendimento aos adoecidos pela COVID-19. No último dia 23 de julho, em reunião do CONSEPE, o pró-reitor de Graduação apresentou as discussões acumuladas no âmbito da Comissão e uma Minuta de Resolução que possibilitasse o retorno das atividades acadêmicas curriculares por meio do “ensino remoto” a ser discutida no CONSEPE. Essa reconfiguração da oferta das atividades educacionais em meios digitais, excluirá os/as mais pobres, moradores/as das periferias, negros e negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhos/as que não têm conectividade e em alguns casos, nem luz elétrica e espaço adequado para o estudo.

4 - Disponível em www.agenciabrasil.ebc.com.br. Acesso em 02.07.2020.

5 - Em razão de desincompatibilização do atual reitor Emanuel Tourinho para concorrer às Eleições, em 29 e 30 de junho, assumiu como reitor interino o Prof. Dr. Nelson José de Souza Júnior.

6 - Dos 145 municípios paraenses, apenas os municípios de Faro, Curuá, Bom Jesus do Tocantins, Água Azul do Norte, Floresta do Araguaia, Piçarra até 23 de julho, não apresentavam nenhum óbito pela COVID-19. (Fonte: SESPA)

2. O Ensino Remoto: concepção e práticas

A pandemia, produzida por um modelo de produção que explora o homem e o coisifica, destrói a natureza, aprofunda a desigualdade e a miséria, não é vista por todos/as como um prejuízo à humanidade. Para uma determinada classe social e suas frações, ela é uma oportunidade para expandir seus negócios e aumentar seus lucros. A educação em todos os níveis, é a mercadoria que pode lhes dar esse esperado retorno, principalmente num momento em que as atividades presenciais estão suspensas da educação infantil a educação superior.

É nesse contexto que vivenciamos a exacerbação do fetiche tecnológico que, do ponto de vista do projeto de Educação do Capital, há de solucionar todos os problemas educacionais. Com a necessidade imperiosa de isolamento social, uma parte dos trabalhadores e trabalhadoras foi para casa, assim como crianças, adolescentes e adultos que tiveram suas atividades educacionais presenciais, suspensas. A consequência foi o rompimento de laços de solidariedade e o aprofundamento da individualização do trabalho, entre as pessoas empregadas, ampliando novas formas de trabalho: o home office, trabalho em meios digitais, teletrabalho, trabalho remoto, ensino remoto, dentre outros.

Com o avanço da pandemia, 87% da população mundial de estudantes tiveram suas atividades educativas suspensas. Suas escolas foram fechadas devido à Covid-19. A UNESCO, organizou uma Coalizão Global de Educação para apoiar os países, oferecendo-lhes práticas exitosas de aprendizagem a distância. Junto aos parceiros multilaterais foram incluídos, do setor privado, Microsoft, GSMA, Weidong, Google, Facebook, Zoom, KPMG e Coursera, contribuindo com recursos e sua expertise em tecnologia, sobretudo em conectividade e no fortalecimento de capacidades. (UNESCO, 2020). É importante destacar que a adoção dessas tecnologias oriundas de empresas com lucros bilionários da área digital requer um amplo debate quanto a questões de privacidade, segurança de dados, autonomia tecnológica, etc.

Nesse contexto, as IFES começaram a discutir sobre estratégias para reorganizar o funcionamento dessas instituições. Em maio, das 69 universidades federais, apenas 06 tentaram experimentar o ensino remoto. “Atualmente, são 39 universidades que estão debatendo e formulando Resoluções em que já são previstos componentes curriculares do Plano Pedagógico dos Cursos”. (Pro-Reitor de Graduação da UFPA, em Live com estudantes em 26/07/20, disponível no Youtube)

O antes Ensino remoto, atualmente se chama de “ensino remoto emergencial” que se constitui num conjunto de estratégias virtuais para a oferta de disciplinas *on line* aos discentes. Não pode ser confundido com o Ensino a Distância - EaD, que é uma modalidade de ensino que tem marcos legais que a amparam, cujo projeto pedagógico com regras e metodologias bem definidas precisa ser aprovado pelo MEC. A EaD utiliza-se, como exemplo de diferenciação, de Tutores para fazer chegar o ensino a um grande número de estudantes, em diferentes espaços geográficos.

O ensino superior privado, que possui o maior número de estudantes matriculados em cursos na modalidade de EaD e, por não abrir mão de continuar recebendo as mensalidades e manter seus lucros, rapidamente ofereceu o “Ensino Remoto” por meio da transposição direta das disciplinas presenciais, sem preparar o(a)s docentes e sem oferecer nenhum suporte tecnológico aos docentes e estudantes, resultando em mais de 50% de evasão de estudantes; reduziram salários, demitiram em massa professores. O “ensino remoto” tem gerado sobrecarga de trabalho do professor (trabalho triplicado); utiliza o espaço da casa do professor, alterando sua rotina familiar e gerando situações muitas vezes constrangedoras. Além da preparação das aulas, os docentes precisam fazer gravações de aulas em vídeos, responder aos questionamentos dos estudantes por chat, e-mails, whatsapp, etc.; 24h por dia, dentre outras atividades exigidas. Os dados apontam o adoecimento de vários docentes por stress e já existem casos de mortes durante a realização das aulas.

De acordo com os defensores do Ensino Remoto Emergencial, ele não se constitui em modalidade de ensino. É um conjunto de estratégias virtuais que deve ser utilizado em situações emergenciais, como é o caso da pandemia, para manter vínculo com os discentes e é amparado pela Portaria 544/2020. Na Minuta de resolução da UFPA, ainda não aprovada pelo CONSEPE, o Art. 3º prevê “o desenvolvimento de atividades acadêmicas síncronas e assíncronas”. As síncronas (§1º) possibilitam a interação simultânea entre participantes que estiverem em ambientes diferentes, por exemplo, alunos de Belém e dos *campi* espalhados em 75 municípios do Pará. As atividades assíncronas (§3º) que podem ser realizadas por meio de plataformas, ferramentas digitais e outras estratégias de interação não digitais que possibilitem a comunicação não simultânea entre participantes que se encontram em espaços físicos diferentes, dentro de um prazo pré-estabelecido pelo (s) docente (s) responsável pela atividade.

Por que os docentes da UFPA, em AG deliberaram contra o Ensino remoto?

- Não aceitam qualquer proposta que não se pautem pelo princípio da Inclusão de todos/as;
- A maioria dos docentes da UFPA não têm experiência nesse tipo de prática pedagógica virtual;
- Planejar o ERE, focando na essencialidade de conteúdos curriculares que alguns chamam “refrão do conteúdo” é uma limitação do processo de ensino aprendizagem que parece poder prescindir da formação teórico-metodológica, do caráter crítico, da possibilidade de reflexão sobre a realidade social e da formulação de ações/políticas que possam resolver os problemas identificados, ou seja, o foco no ensino, em condições empobrecidas, em detrimento da pesquisa e extensão, afetando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, o que é mais grave, subtrai a relação direta de intersubjetividades entre professores e alunos que é comprometida pelo ensino remoto.
- Os impactos no trabalho docente (produção no Ensino, Pesquisa e Extensão) serão inevitáveis: falta de familiaridade com certas ferramentas digitais; transformação do seu espaço privado em espaço de ensino; mudança da rotina familiar, sobrecarga de jornada com intensificação e maior precarização do trabalho docente;
- Pesquisa Nacional do Grupo *Parent in Science*, revela que mulheres-docentes-pesquisadoras tiveram queda em sua produção científica. Comparando a produção, 68,7% dos homens conseguiram submeter Artigos contra 49,8% das mulheres.⁷ As que conseguem manter sua produção, relatam que trabalham de madrugada quando seus filhos dormem e podem usufruir de um ambiente silencioso. No entanto, no dia seguinte estão cansadas e têm que dar conta da rotina que garantirá a segurança de sua família. Leticia de Oliveira, docente da UFF e integrante do *Parent in Science*, chama a atenção para o fato de que se as mulheres não conseguirem elevar sua produção, terão impactos inestimáveis na sua carreira em 2020-2021.
- Houve aumento de 22,2 % na violência doméstica, por muitas razões que continuam sendo investigadas. Em parte, pelo comportamento de seus companheiros, frutos de uma cultura machista, que não dividem com elas os afazeres domésticos e de proteção à saúde.

Em Universidades públicas, que adotaram o ERE, mesmo sem ser “obrigatório”, docentes substitutos e/ou em estágios probatórios relatam ameaças das reitorias e de suspensão das progressões funcionais de professores efetivos na carreira; evasão de estudantes tanto na graduação como na pós-graduação.

Vale destacar que defendemos, sim, que sejam realizadas atividades formativas online diversas, não curriculares, sobre grandes temas que interessam à universidade e à sociedade, envolvendo estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos e a sociedade em geral, sem caráter obrigatório.

7 - Disponível em www.adusp.org.br. Acesso em 28.07.2020.

3. A Invisibilidade dos Docentes na Pandemia: "Existimos, a que será que nos destinam"?

Desde o dia 19 de março, quando as atividades presenciais foram suspensas, na UFPA, a categoria docente experimentou um esvaziamento de sentidos em sua vida humana e profissional. O final do mês de março e quase todo o mês de abril viveu-se um período de verdadeiro terror, não bastasse o não-trabalho presencial, como toda a sociedade, éramos bombardeados pelas notícias do avanço da pandemia, a chegada da doença em nossas cidades, em nossas casas, em nossas famílias. As notícias de contágio eram superadas pelas notícias crescentes de falecimentos, seja de familiares, conhecidos, colegas. Muitas pessoas pararam de acessar e-mail para se privar deste sofrimento. Pessoas se excluíram de grupos (de *whatsapp*) por não suportar tanto luto.

Na UFPA foram disponibilizados serviços remotos de apoio psicológicos; não obstante, ainda não se sabe quantos docentes foram afetados, nem o grau de impacto que cada um sofreu, ou o quanto isto ainda está ativamente prejudicial, nestas pessoas.

Em 2018, o quadro de docentes da UFPA era formado por 2.959 docentes distribuídos como segue: 2.705 no magistério Superior, 254 no magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; 2.689 são Efetivos e 270 Temporários (Substitutos e Visitantes). Quanto ao Regime de Trabalho, 2.410 são Dedicção exclusiva, 475 em 40 horas e 74 em 20 horas. Em relação à escolaridade, 1901 são Doutores; 777 Mestres; 155 Especialistas; 125 Graduados. Existe, ainda, 01 docente com formação em Ensino Médio que atua no magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. A maioria dos docentes estão na Classe C: 972 (36%) são Adjuntos; 668 (25%) são Associados e 148 Titulares. Há 2% que são Auxiliares e 3% Assistentes. (PROPLAN -Relatório de Gestão, 2018)

Diferente do que é divulgado por redes sociais, os docentes precisaram buscar novas formas de trabalhar, ameaçados, constantemente pelo governo federal. Junto a isto foi comum ouvir de colegas sobre o seu sentimento de medo. Neste período de pandemia o governo federal ataca a categoria docente das Universidades públicas federais, assim como os servidores públicos de todos os níveis, e aprovou-se a PEC 10/2020 (do "Orçamento de Guerra") que prevê o repasse direto de R\$ 60 bilhões a estados e municípios, e cobra a conta dos servidores públicos, impondo o congelamento de salários por 18 meses para todo o funcionalismo, federal, estadual e municipal.

Até o presente momento, a UFPA não ofereceu mais do que atividades de formação virtual, sem um vínculo expresso e programático para a utilização de TDICs. A própria Instituição passou a usar estas tecnologias digitais, supondo a capacidade de discentes, técnicos e docentes em manuseá-las. A primeira reunião extraordinária do CONSUN, neste período de pandemia, foi realizada no dia 23 de março, em um hibridismo de presencial e remoto (a sessão foi realizada em Belém, no Auditório Benedito Nunes, para favorecer o distanciamento social, e pela plataforma Zoom, o que atendeu bem aos demais *Campi*). A partir daí as sessões foram todas remotas.

Não havendo possibilidades de atividades de aulas presenciais, docentes "se reinventaram" sob o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação-TDICS. Webinários, *lives*, palestras *on-line*, cursos de formação, fóruns, orientações de trabalhos de conclusão de curso, defesas de trabalhos de conclusão de curso, orientações de projetos de pesquisa, web reuniões de conselhos de Faculdades, Unidades, Conselhos Superiores. São inúmeras as atividades desenvolvidas por docentes nesse período da pandemia, tais como:

1. Preparação e apresentação de palestras;
2. Preparação e participação em debates;
3. Coordenação (mediação) de eventos virtuais;
4. Produção de artigos;
5. Produção de livros, ou capítulos de livros;
6. Organização de revistas para a publicação (editores);
7. Avaliação de artigos (consultor *ad hoc*);
8. Preparação e submissão de projetos (internos e externos à UFPA);
9. Produção de projetos de pós-graduação (mestrado, doutorado, pós doutorado);
10. Orientação de trabalhos de conclusão de curso⁹⁵, têm io (graduação e pós graduação);
11. Orientação de projetos discentes (de iniciação científica e outros);
12. Avaliação e participação em Bancas de defesas de trabalhos de conclusão de curso (graduação e pós graduação);
13. Participação em Bancas de Exames de Qualificação na pós-graduação;
14. Acompanhamento da produção dos textos dos orientandos de mestrado e doutorado;⁹⁵, têm i
15. Participação de Processos de seleção de bolsistas de graduação e pós-graduação;
16. Atendimento demandas remotas via e-mails Institucionais;
17. Elaboração de Pareceres em Processos internos das subunidades e/ou da Unidade;
18. Elaboração de Relatórios de Programas de Pós-Graduação para a CAPES e preenchimento da Plataforma Sucupira;
19. Leitura dos expedientes eletrônicos encaminhados pelas unidades e subunidades;
20. Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa com elaboração de relatórios;
21. Reuniões de:
 - a. Faculdade
 - b. Programas de Pós-Graduação
 - c. Conselho de Campus, ou Unidade
 - d. CONSEPE
 - e. CONSAD
 - f. Fórum de Dirigentes
 - g. CONSUN
 - h. Grupos de pesquisa (inclusive com docentes de outras IFES e país)
 - i. Comissões de Trabalho interno
 - j. Projetos de Ensino, ou Pesquisa, ou Extensão (Institucional)
22. Participação em webinários (institucionais, ou extra-UFPA);
23. Cursos de formação (continuada, livres);
24. Participação em grupos de discussão institucionais por meio do uso do ZAP.

O desenvolvimento desta nova forma de trabalho docente, que extrapola em muito atividades de ensino-aprendizagem, está documentado nos Planos e Relatórios mensais apresentados por docentes e técnicos-administrativos da instituição, cobrados pela UFPA. É importante destacar que, para o desenvolvimento do trabalho remoto, cada docente tem que realizar despesas para trabalhar: paga pelo equipamento que usa, paga a sua conexão à internet, a sua energia elétrica, seus créditos de celular, o espaço físico de sua residência, expõe sua imagem e a intimidade de sua residência, arca com todos os incidentes e prejuízos que possam acontecer durante uma transmissão, compra livros e imprime materiais. Além de acentuado prejuízo à sua vida cotidiana por transformar suas casas em ambiente de trabalho, sem apoio institucional, há relatos de acentuado stress, depressão e sentimento de pânico, provocados também pela perda de parentes, colegas de trabalho e amigos/as para a COVID-19. Neste período de março até a primeira quinzena de julho, mais de 10 docentes filiados à ADUFPA faleceram pela COVID-19.

É preciso dar visibilidade a esses profissionais que, mesmo antes da pandemia, já vinham sofrendo mudanças no seu trabalho sob o impacto das políticas educacionais que, desde 1995, têm implementado contrarreformas na educação superior, promovendo alterações no *modus operandi* das universidades públicas federais, onde a privatização se expande, com reformulações das arquiteturas acadêmicas dos cursos de graduação e pós-graduação, com redução do tempo para realização de dissertações e teses, tentativas crescentes de direcionar os currículos da graduação para uma formação pragmática, utilitarista com vistas a preparar mão de obra para o mercado e, concentrando as aulas na graduação, reduzindo o tempo do docente para atuar na pesquisa, contradizendo princípios fundamentais da função social da universidade, que é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e autonomia (Art.207 da CF-1988) para definir seus projetos nessas esferas de sua atuação.

Uma das consequências desse movimento reformista no interior das IFES tem sido o adoecimento docente produzido pelo produtivismo que passa a ser exigido dos docentes sob a lógica do capitalismo “que traz em si a produtividade cuja ampliação desmedida transforma o homem da sua condição de sujeito à condição de objeto do sistema produtivo” (Marx, 1988; 441-453). Nesse sentido, num levantamento sobre o atendimento da Assessoria Jurídica da ADUFPA a seus filiados, no período de 05 de agosto a 17 de outubro de 2019, observou-se que 17% dos atendidos, alegaram sofrer assédio moral de diferentes ordens no seu Instituto de lotação, o que se caracteriza como provas indiretas, necessitando de comprovação material desta violência para o ajuizamento de processos. No entanto, é clara a alteração emocional desses docentes. O Relatório de Gestão da PROGEP- 2017, aponta que 152 docentes tiveram Licença para Tratamento de Saúde.

Em síntese, o que vem acontecendo nesse período de pandemia é o trabalho “invisível” de docentes na instituição, trabalho intensificado, precarizado, sem a contrapartida da instituição em possibilitar as condições mínimas necessárias para seu desenvolvimento de forma remota. Ressalta-se, ainda, que o ambiente doméstico é inadequado ao processo de ensino-aprendizagem;

4. Desafios ao Movimento Sindical

Considerando que entre as metas do capitalismo e do governo Bolsonaro, está a destruição da classe trabalhadora, de sua consciência de classe, de seus laços de solidariedade e de seus sindicatos, o Movimento Sindical precisa intensificar sua ofensiva para barrar o processo de destruição de direitos da classe trabalhadora que vive, na pandemia, além do ataque à saúde e à vida societal, uma metamorfose no seu trabalho cotidiano, que invade sua vida privada, apontando para uma super exploração que tenderá a continuar no pós-pandemia.

Diante da pressão para o retorno às atividades presenciais nas IFES, na AG virtual de 16 de junho de 2020 da ADUFPA os /as docentes presentes, decidiram:

- Não retornar ao trabalho presencial até o final deste ano, enquanto perdurar a pandemia da COVID-19, pois não há segurança para o retorno das atividades presenciais na UFPA;
- Contra a adoção do Ensino Remoto na UFPA;
- Pelo cancelamento do segundo período letivo de 2020;
- Pela garantia das condições de trabalho e saúde dos docentes no período da pandemia;
- A reafirmação da defesa da vida como prioridade;

Considerando que o Pará continua em curva crescente da COVID-19, ultrapassando a China em número de mortos e com possibilidade de segunda onda de infecção, particularmente, pela flexibilização das medidas de isolamento social no verão amazônico; que docentes tiveram seu trabalho intensificado, foram infectados, passam por alterações emocionais pelas perdas de familiares e amigos/as; reivindicamos que a administração superior da UFPA:

- Priorize a vida dos trabalhadores (docentes, técnicos e terceirizados) e dos estudantes e, nesse sentido, mantenha suspensas as atividades acadêmicas que necessitem da presença física na instituição;
- Apresente um diagnóstico circunstanciado sobre: condições econômicas e sociais de seus estudantes, técnicos e docentes, com os indicadores de acessibilidade à internet e de equipamentos que permitam a conectividade, além de espaço adequado para estudo, e qual a responsabilização da UFPA em garanti-los;
- Apresente um levantamento sobre a situação emocional e de saúde dos docentes no período da pandemia;
- Exija do governo federal a garantia de recursos para implementar na UFPA uma política de conectividade a docentes, técnico-administrativos e estudantes;
- Que as atividades presenciais continuem suspensas até 31 de dezembro de 2020 ou até quando perdurar a pandemia;
- Que seja garantido aos/às docentes a participação no planejamento do retorno às atividades presenciais, que organizará os períodos letivos 2, 3 e 4/2020, para terem início em 2021 quando houver segurança sanitária para todos e todas;
- Que as atividades acadêmicas remotas a serem realizadas não tenham caráter curricular;
- Que qualquer atividade de ensino de natureza remota que for adotada não seja obrigatória e garanta a liberdade de cátedra aos docentes e as condições de infraestrutura aos docentes, técnicos e estudantes que aderirem de forma espontânea;
- Que não seja adotada nenhuma medida punitiva aos docentes, técnicos e estudantes que não aderirem às atividades de ensino remotas enquanto durar a pandemia, inclusive os docentes em estágio probatório, substitutos e temporários.

Como Seção Sindical do ANDES-SN, a ADUFPA reafirma a defesa da Universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, laica, que preserve e se oriente pelo princípio da indissociabilidade entre o Ensino, Pesquisa e Extensão ofertando ensino de qualidade socialmente referenciado que contribua com a formação crítica de sujeitos que não se conformem com a adaptação e lutem pela transformação do modelo de sociedade desigual, injusto, potencializador da exclusão social de milhões de seres humanos, desprovidos dos bens materiais e culturais, produzidos coletivamente.